

PETIÇÃO (MOD) CIVIL E PROC CIVIL

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Recurso

re ..

Tribunal

TJSP

OBRIGAÇÃO DE FAZER — INDENIZAÇÃO - TUTELA ANTECIPADA - DANO MORAL - IMÓVEL - ALEGAÇÃO DE VÍCIO NA CONSTRUÇÃO CIVIL**EMENTA**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA CÍVEL DE ... AUTOS N.º, pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ..., por seu advogado adiante assinado, com escritório profissional no endereço infra-impresso, onde recebe intimações e notificações, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, no tempo e modo devidos, oferecer **CONTESTAÇÃO à AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**, movida por ..., já qualificado na exordial, pelos seguintes motivos de fato e direito, a saber: 1. **SÍNTESE DOS FATOS** O Autor ingressou com a presente medida, alegando em síntese que adquiriu da Requerida um imóvel, cujo valor foi devidamente quitado pelo Requerente, sem até a presente data ter recebido a escritura definitiva. Aponta, ainda, a existência de vícios na construção, os quais praticamente impossibilitam a permanência da família no imóvel, inclusive com inutilização da sala de estar íntimo. Relata que aos fundos do imóvel construiu uma edícula, com churrasqueira e área de lazer, o qual posteriormente veio a saber, através da Secretaria Municipal de Urbanismo, que a presente área era comum a todos os sobrados do respectivo condomínio. Aduz que pagou integralmente pelo imóvel, e a aquisição fez incluir referida área. Informa ter-se surpreendido com notificação da Prefeitura Municipal, pela qual se aponta irregularidade na rede coletora de esgoto do imóvel, sendo que adquiriu o referido nas exatas condições que se encontram. Requer, assim, a reparação dos danos apontados, inclusive regularização da rede de esgoto, bem como a outorga da escritura definitiva, no prazo que for estipulado, sob pena de multa diária e a possibilidade da execução das obras pelo Autor, sob ônus da Requerida, assim como realizada a adjudicação compulsória do imóvel. Requer, ainda, a condenação da Requerida ao pagamento de indenização pelos danos morais supostamente sofridos em razão dos fatos relatados, cujo arbitramento pede seja efetivado pelo juízo em "quantum" justo, atualizável desde a data do evento danoso. Em sede de tutela antecipatória, requereu o Autor fossem sanados os defeitos e fornecida a escritura definitiva ou o habite-se, no prazo de ... (...) dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ Sucessivamente, pretendeu a inscrição do contrato de compromisso à margem da matrícula do imóvel. Culmina com vários requerimentos, como a inversão do ônus da prova, oficiamento ao Ministério Público Estadual, para fins de eventual ação penal por crime contra o consumidor, assim como pela condenação das verbas da sucumbência, sendo os juros moratórios de ...% ao mês contados desde a data da citação da Requerida na Ação de Interpelação Judicial n.º ..., efetivada em ... Juntou farta documentação (fls.). Pelo r. despacho de fl. foi determinada a avaliação prévia dos supostos vícios construtivos, a qual se realizou nos termos de fls.. Foi rejeitada a pretensão liminar (fls.), do que houve insurgência do Autor, mediante embargos declaratórios (fls.), rejeitados nos termos da r. decisão de fl.. Admitida emenda da inicial (fls.). A citação foi realizada em ... p. passado (fl.), com juntada do respectivo mandado na mesma data (fl.). São as principais ocorrências. I - **PRELIMINARMENTE DANOS MORAIS - INÉPCIA DA INICIAL** Induvidosamente, a inicial faz-se inepta, "data venia", tendo em conta que o Autor formula pleito de dano moral, sem, contudo, formular pedido certo e determinado, nos termos do artigo 286, caput, do CPC. Com efeito, embora arbitrável a indenização, exige a lei processual que o autor formule pedido certo e determinado, para que a fixação do valor não fique apenas ao arbítrio do juiz, como também para que a parte requerida tenha acesso efetivo ao contraditório e

à ampla defesa. Nesse sentido: "DANO MORAL - Indenização - Necessidade de que o pedido da verba seja certo e determinado para não ficar a fixação ao arbítrio do Juiz e possibilitar ao réu contrariar a pretensão. É de rigor que o pedido de indenização por danos morais seja certo e determinado para que não fique somente ao arbítrio do Juiz a fixação do "quantum", como também para que seja dada ao réu possibilidade de contrariar a pretensão do autor de forma pontual, com objetividade e eficácia, de modo a garantir-lhe o direito à ampla defesa e o contraditório." (TJSP - Ag In 091.263-4/5 - 7ª Câ. - j. 11.11.1998 - rel. Des. Leite Cintra, in RT - 761/242). Desse modo, deve-s

NOTA DA REDAÇÃO

RT